

PODER, POLÍTICA E ESTRANHAMENTO: UMA REFLEXÃO SOBRE A CONSTRUÇÃO SOCIAL DA (DES) POLITIZAÇÃO DOS JOVENS^{1 2}

Jefferson Evânio da Silva
Robson da Costa de Souza³

RESUMO

Este artigo pretende ser uma reflexão acerca da construção social da (des) politização dos jovens. A partir de uma perspectiva pós-estruturalista, problematiza os métodos empregados em pesquisas que tentam, de alguma forma, medir o grau de envolvimento das juventudes com a política e defende que categorias genéricas como juventudes, cidadania e participação política são constructos sociais e discursivos. Em segundo plano, defende-se que o ensino de Sociologia no ensino médio, compreendido como discurso de mediação capaz de fornecer aos jovens estudantes do ensino médio os subsídios teóricos e metodológicos adequados à compreensão sociológica dos fenômenos sociais, pode contribuir de modo significativo na compreensão do fenômeno da política e, também, sobre questões que podem ter implicações diretas na experiência dos jovens com a política. Nessa direção, destaca-se a necessidade de, a partir da imaginação sociológica, viabilizar as condições para uma crítica dos meios de comunicação em massa e para uma compreensão acerca da construção histórica e discursiva das categorias envolvidas. Do ponto de vista social, é preciso fornecer aos jovens estudantes do ensino médio, a possibilidade de compreender como e em que sentido esses atores são interpelados por vários gêneros discursivos que precisam ser interpelados pelos próprios sujeitos aos quais se destina.

PALAVRAS-CHAVE: Política; Poder; Jovens; História; Mídia televisiva.

¹ Uma versão preliminar desta discussão apareceu, sob a forma de comunicação oral, no V Encontro Nacional sobre o Ensino de Sociologia na Educação Básica – ENESEB, realizado em Brasília, entre os dias 23 a 25 de julho de 2017, nas dependências da Universidade de Brasília – UNB. O presente trabalho foi apresentado no GT 13 – Os conhecimentos de política na disciplina de sociologia do ensino médio: conteúdos, metodologias e recursos didáticos.

² Trabalho submetido em 14/09/17 e aprovado em 21/05/18. Para citar este artigo: SILVA, J. E. da.; SOUZA; R. da C. de. Poder, Política e Estranhamento: uma reflexão sobre a construção social da (des) politização dos jovens. *Cadernos de Estudos Sociais*, Recife, v.33, n. 1, p. 01-35, jan./jul., 2018. Disponível em: <<http://periodicos.fundaj.gov.br/index.php/CAD>>. Acesso em: dia mês, ano.

³ Autor 1: Mestrando em Ciências Sociais pela FUNDAJ e professor do Departamento de História da Faculdade de Formação de Professores da Mata Sul – FAMASUL. E-mail: jeffersonevaniosocio@gmail.com; Autor 2: Doutor em Serviço Social pela UFRJ e Pesquisador do grupo Estado, Cidadania e Atores Sociais (FUNDAJ). E-mail: robssouza@gmail.com.

POWER, POLITICS AND ESTRANGEMENT: A REFLECTION ON THE SOCIAL CONSTRUCTION OF THE (DIS) POLITICIZATION OF YOUNG PEOPLE

ABSTRACT

This article intends to be a reflection about the social construction of the (dis) politicization of young people. From a post-structuralist perspective, the article problematizes the methods employed in research studies that try to measure the degree of youth involvement with politics, arguing that generic categories such as youth, citizenship and political participation are social and discursive constructs. Secondly, it expounds that the teaching of Sociology in secondary education – understood as a discourse of mediation capable of providing young students of secondary education with the theoretical and methodological subsidies adequate to the sociological understanding of social phenomena – can contribute in a significant way to the understanding of the phenomenon of politics, as well as of issues that may have direct implications on young people's experience with politics. From this sociological perspective, the article emphasizes the need to enable the conditions for mass media criticism and for an adequate understanding about the historical and discursive construction of the categories involved. From a social viewpoint, it is important to provide young high school students with the tools necessary to understand how and in what sense these actors can be challenged by the various discursive genres, which should also be questioned by the subjects for whom it is intended.

KEYWORDS: *Politics; Power; Youth; History; Television Media.*

PODER, POLÍTICA Y EXTRAÑAMIENTO: UNA REFLEXIÓN SOBRE LA CONSTRUCCIÓN SOCIAL DE LA (DES) POLITIZACIÓN DE LOS JÓVENES

RESUMEN

Este artículo pretende ser una reflexión acerca de la construcción social de la (des) politicización de los jóvenes. A partir de una perspectiva post-estructuralista, problematiza los métodos empleados en investigaciones que intentan, de alguna forma, medir el grado de implicación de la juventud con la política y defiende que categorías genéricas como juventud, ciudadanía y participación política son constructos sociales y discursivos. En segundo plano, se defiende que la enseñanza de Sociología en la enseñanza media, comprendida como discurso de mediación

y capaz de proporcionar a los jóvenes estudiantes de enseñanza media los subsidios teóricos y metodológicos adecuados a la comprensión sociológica de los fenómenos sociales, puede contribuir de modo significativo en la enseñanza de la comprensión del fenómeno de la política y también sobre cuestiones que pueden tener implicaciones directas en la experiencia de los jóvenes con la política. A partir de esta base, se resalta la necesidad, basada en el imaginario sociológico, de posibilitar las condiciones para una crítica mediática y de un entendimiento sobre la construcción histórica y discursiva de las categorías involucradas. Desde el punto de vista social, es necesario proporcionar a los jóvenes estudiantes de la escuela secundaria, la posibilidad de comprender cómo y en qué sentido estos actores son interpelados por varios géneros discursivos que necesitan ser cuestionados por los propios sujetos a los que se destina.

PALABRAS CLAVE: *Política; Poder; Jóvenes; Historia; Medios de Comunicación Televisiva.*

1 INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, uma vasta literatura tem se dedicado ao debate contínuo em torno da relação entre as juventudes e a esfera política. A questão fundamental que vem guiando os trabalhos parece ser a de um esforço em refletir sobre se os jovens são ou não “politizados” (MAYORGA, 2013; MAIA et al., 2011)⁴.

Uma questão que parece estar ausente nas pesquisas é o enquadramento teórico acerca do problema da relação entre as juventudes e a política numa perspectiva discursiva, tomando não apenas como referência os dados levantados pelas pesquisas quantitativas e qualitativas (recentes ou não), mas considerando, também, por objeto de investigação, o processo mesmo de construção social dos sentidos das categorias envolvidas nesses debates (politização e despolitização).

Aqui, cabe considerar a necessidade mesma de problematizar, também, a interpeleção desses sujeitos – jovens –, pelos discursos, levando em consideração a complexidade deste termo bem como os sentidos produzidos com relação à política, participação, engajamento e transformação social.

Por outro lado, geralmente não se tem conferido uma atenção especial à contextualização da questão do estranhamento das juventudes quanto aos significados de poder e política a partir de sua construção histórica. Neste trabalho tentaremos defender que a construção social da (des) politização dos jovens possui, por assim dizer, um caráter “objetivo” e outro “subjetivo”.

⁴ Na medida em que os significados de “ser jovem” são múltiplos e variados, faz-se necessário ponderar, inclusive, se os sentidos atribuídos pelos próprios atores no que concerne a noções clássicas como *política*, *cidadania* e *participação política* estão, de fato, em conformidade com as definições presentes em certos discursos de natureza acadêmica. Para os autores deste paper, a categoria *juventudes* também deve ser lida como uma construção social e discursiva.

Nossa hipótese é de que a categoria **jovens** tem, tradicionalmente, sido interpelada pelo discurso político brasileiro como despolitizada e que essa pré-noção tem sido legitimada por algumas pesquisas que pecam em negligenciar: a) os sentidos múltiplos que podem ser atribuídos à cidadania; b) a complexidade do universo cultural das juventudes.⁵ A exclusão de parcela significativa da sociedade civil e, em grande medida, da sua parcela mais jovem, dos processos decisórios na história política do Brasil, constitui, por outro lado, uma condição objetiva desse estranhamento que parecem nutrir os sujeitos no que concerne às instituições, e, de modo geral, à institucionalidade do poder.

Simultaneamente, o campo da política, em vários períodos históricos de nosso país, manteve a uma distância segura toda forma de linguagem e de atores sociais estranhos à sua composição histórica. Edificou-se, pois, como um discurso hegemônico cuja pretensão foi suplantado, em termos derridianos, o espaço de uma **diferença**. Aqui, a noção hegemônica de concepção da governabilidade se refere ao poder como um estatuto objetivo, objeto de posse exclusiva das classes dirigentes do país, e a política considerada exclusivamente como um conjunto de processos mediante os quais se exerce o poder.

Do ponto de vista discursivo, a politização e/ou despolitização dos jovens são categorias gestadas a partir daquilo que Laclau (2015) denominou de processos de formação hegemônica do consenso. No jogo da construção dos significados, os atores partem, a rigor, de certos parâmetros de fixação, considerados formas legítimas e representativas do envolvimento dos sujeitos com a esfera da política. No centro desses processos, situa-se, de um lado, o caráter polissêmico de conceitos como cidadania e participação e, de outro, a discussão mais geral acerca da relação sujeito\estrutura.⁶

Posteriormente, procuramos refletir sobre a questão da (des) politização dos jovens, considerando-a uma construção social que, de certa forma, está imbricada a um processo histórico mais amplo de constituição do campo da política no cenário brasileiro. Nessa perspectiva, politização e despolitização são categorias que se fundam a partir do alinhamento (ou não) do comporta-

⁵ As juventudes e/ou os jovens não podem ser pensados como categorias universais capazes de evocar uma totalidade orgânica. É possível, a título de exemplo, imaginar, a partir da crítica empreendida pelo filósofo e psicanalista esloveno S. Žižek às “totalidades orgânicas”, que a juventude pode ser fracionada em termos de gênero, classe social, raça/etnia, “tribos” etc. É preciso, pois, situar essa categoria geralmente pensada em termos genéricos e, conseqüentemente, abstratos, em toda sua complexidade.

⁶ O termo “estrutura” aqui evoca o clássico debate entre as teorias da agência e da reprodução. Estrutura, no sentido que atribuímos a esse termo, é um conceito polissêmico que pode ser lido de várias perspectivas teóricas distintas. No âmbito da sociologia funcionalista, a noção de estrutura pode ser ilustrada como sinônimo de uma organização exterior ao indivíduo (isto é, dotada de uma lógica própria e independente das vontades individuais). Tratar-se-ia, neste caso, da sociedade *per se*, concebida como um organismo vivo – termo derivado de uma linguagem expressiva da presença de um organicismo de fundo que caracterizava a escrita de parte da Sociologia e da Antropologia do século XIX.

mento dos sujeitos a certas práticas discursivas acerca de participação e engajamento na esfera pública.

Resultam, nesse sentido, de um processo de luta pela construção do significado e pela formação hegemônica do consenso concomitantemente ao fato de que, na sociedade em geral, a identidade política dos sujeitos pressupõe, como já foi dito, em diálogo com o pensamento de Derrida, sempre o espaço de uma **diferença**. Aqui, as representações de mundo dos sujeitos, organizados enquanto grupos sociais distintos, estão imbricadas ao lugar que ocupam nas sociedades e aos grupos em que estão reunidos.

Numa discussão que transita entre a chamada “teoria crítica” e a perspectiva “pós-estruturalista”, pretende-se lançar luz a uma outra questão importante: o papel dos meios de comunicação na produção discursiva que está na base da experiência que os jovens estabelecem com a política – compreendida aqui como um conjunto de técnicas, discursos e estratégias que visam estabelecer, nos limites de sua possibilidade, uma determinada ordem social.

De modo geral, as perguntas que tendem a orientar uma problematização acerca do assunto são as seguintes: atuam esses meios no sentido de “reificar” o significado de poder e política como elementos distantes da realidade cotidiana das juventudes? É possível desvincular o aspecto ideológico do discurso midiático? E, por extensão, qual seria, pois, a forma de um discurso de mediação necessário ao contexto atual? Nessa mesma direção, como refletir acerca da relação das juventudes com a política sem fazer eco a reducionismos explicativos que, de certa maneira, não dão a devida importância à dimensão simbólica e à historicidade dos fenômenos sociais?

Finalmente, na última seção deste *paper*, discute-se brevemente o papel da Sociologia como discurso mediador dotado de ferramentas teóricas e metodológicas adequadas ao desafio de tornar inteligíveis as íntimas conexões entre o discurso midiático, a construção de verdades e o poder na medida em que, a partir desta disciplina, realiza-se tanto a contextualização histórico-sociológica da relação juventudes/política como a crítica da suposta neutralidade dos *mass media*.

Como os sujeitos são interpelados por vários tipos de discursos – científico, midiático, político –, é preciso assegurar aos jovens estudantes do ensino médio as condições necessárias à reflexão crítica acerca do lugar social que lhes é fixado por esses mesmos discursos – a suspensão da eficácia simbólica dos discursos aos quais estão sujeitos tornaria os jovens não apenas sujeitos ao discurso, mas também “sujeitos do discurso”.

2 A “JUVENTUDE” BRASILEIRA E O DISCURSO SOBRE A EXCLUSÃO DAS ESFERAS DE PARTICIPAÇÃO POLÍTICA

Considerando o número de teses, dissertações e artigos que têm por objeto o estudo da condição social das juventudes no Brasil e seu grau de envolvimen-

to com a política, é possível dizer que há um esforço significativo dos cientistas sociais em compreender as relações entre esses atores e a política. Ocupando um lugar até certo ponto incipiente, se levarmos em consideração os dados estatísticos mais recentes⁷, encontram-se as pesquisas que aceitaram o desafio de tornar inteligíveis as relações entre os jovens e a política. Aqui, sociólogos e cientistas políticos têm se dedicado à tentativa de enunciar os sentidos acerca do significado da relação juventudes\política (atuando, portanto, na criação de “consensos”), com todos os desafios metodológicos que essa tarefa implica.

Um desses desafios consistiria, a nosso ver, em situar a categoria **juventudes** para além do critério etário, levando em consideração nas pesquisas questões mais sensíveis como, por exemplo, o lugar social ocupado por esses jovens, suas formas de mobilização e ressignificação da ordem social, a questão de gênero, classe social, etnia, só para citarmos alguns recortes possíveis e necessários (sobre o assunto, ver, por exemplo, BOURDIEU, 2011).

Segundo Mayorga (2013), os estudos podem ser divididos em dois grupos: no primeiro estão aqueles discursos que ressaltam a apatia dos jovens com relação às formas tradicionais de participação política (MENDEZ, 1998; WELTI, 2002 apud MAYORGA, 2013). No segundo, encontramos os que defendem uma capacidade de ressignificação das formas tradicionais de engajamento político, como típica ao universo cultural das juventudes, destacando suas novas formas de atuação, a redefinição da concepção de cidadania e suas interseções com as maneiras convencionais de engajamento (CASTRO, 2008; FERREIRA, 2005; LIMA, 2012; MAHEIRIE, 2002).

Neste ponto, vale destacar o seguinte: a tese da apatia das formas tradicionais de participação política não é recente, muito menos é dirigida exclusivamente à parcela jovem das sociedades democráticas ocidentais. “O cidadão não educado” para a democracia, para empregarmos uma expressão de Bobbio (1986) – ou o “analfabetismo político” – é encarado, na maioria das vezes, como um perigo ao **futuro da democracia**.

⁷ Em estudo recente organizado por Sposito (2009), com o objetivo de se avaliar o estado da arte dos estudos sobre juventudes no Brasil nos últimos anos, verificou-se que os temas: participação e cultura política ocupam um espaço relativamente incipiente nas pesquisas das três áreas tomadas como referência para o estudo: a Educação, o Serviço Social e as Ciências Sociais. Além de destacar para o fato de que no campo das Ciências Sociais a Antropologia tem conferido maior ênfase às juventudes como objeto de pesquisa, verifica-se que as Ciências Sociais, comparadas com os outros dois campos tomados como referência para o levantamento, têm se destacado pelo menos no critério participação e cultura política. Do total dos 1427 estudos, entre teses e dissertações produzidas entre os anos de 1999 – 2006 em Universidades públicas brasileiras levantadas pelo estudo, constatou-se que na área da Educação 3,5% dos trabalhos tiveram por objeto o tema participação e cultura política, na área do Serviço social 3,47% e nas Ciências Sociais 7,37%. Destaca-se ainda a predominância do tema geral juventudes nos estudos da área da educação, o que representa 971 pesquisas no quadro geral das 1427 levantadas.

Para Mayorga (2013), a adesão à dualidade explicativa traz diversos problemas à tentativa de tornar inteligível a relação juventudes\política, uma vez que dificulta o entendimento acerca dos **processos discursivos** e da **complexidade** que envolvem a temática. Como os estudos de caráter quantitativo acabaram assumindo status privilegiado nos cenários descritos aqui, a autora problematiza o próprio método utilizado nas pesquisas empíricas – faltaria a estes trabalhos uma definição mais clara do conceito de política, uma atenção maior quanto à especificidade das juventudes e de seus contextos sociais, assim como a necessária proximidade entre os métodos quantitativos e qualitativos.

Pode-se dizer, inclusive, que a definição do método (e seus usos) pode ter implicações diretas no processo que busca aferir o grau de politização dos jovens. Ao atribuir sentidos ao conjunto de variáveis previamente estabelecidas, segundo a lógica da evolução da adesão à filiação partidária entre o público jovem e participação nas eleições diretas por meio do voto, em séries históricas, a pesquisa termina por reificar um sentido particular da concepção do processo de institucionalização democrática.

Neste aspecto, pesquisas realizadas no Brasil e em Portugal⁸ vêm apresentando dados que reforçam o discurso da despolitização juvenil, na medida em que suas variáveis estão em plena conformidade com os valores e significados de participação com os quais se identificam os críticos da suposta apatia e idiotia política dos jovens.⁹ A constatação de uma suposta despolitização dos jovens tem conferido maior atenção às formas de participação política consideradas tradicionais: filiação partidária, participação nas eleições por meio do voto.

Embora não possamos, com efeito, atribuir aos autores dos trabalhos esta assertiva, é lícito, no entanto, ponderar que o material produzido vem sendo utilizado pelos apologistas da despolitização juvenil como material comprobatório do grau (e medida) de seu “engajamento político”.

De antemão, negamos qualquer dissociação entre as esferas da cultura e da política, no sentido weberiano clássico, uma vez que a articulação de “representações, valores e identidades” se realiza, via de regra, mediante o signo do antagonismo e da hegemonia, nos termos de uma perspectiva orientada pelo pós-es-

⁸ Uma pesquisa realizada em 2014 pela Universidade de Coimbra em que se avaliou a questão do voto juvenil e as eleições para o Parlamento Europeu, em especial, o contexto da participação política das juventudes em Portugal, verificou-se o “baixo” grau de ação política das juventudes relacionado aos altos índices de abstenção nas eleições. Pesquisas mais recentes, tomando como referência os dados do TSE e de trabalhos internacionais, com pretensões comparativas, têm apresentado resultados similares. Ver, por exemplo, respectivamente os trabalhos de Valente & Cunha (2014) e Speck (2012).

⁹ O termo de origem grega **Idiota** era empregado para designar aquele que não manifestava interesse pela vida política nas cidades – estado da Grécia antiga. O conceito de política, tal como aparece na maioria dos livros didáticos de sociologia remete para esse lugar de origem. Política vem do grego *polis*, ou cidade. Na Ágora se davam os debates sobre os destinos da vida na *polis*, com a participação dos cidadãos e a exclusão de mulheres, escravos e **estrangeiros**.

truturalismo.¹⁰ Portanto, tomamos os problemas da construção do significado e do discurso como elementos fundamentais às análises desenvolvidas neste *paper*.

Neste sentido, Antônio (2005, p. 55), seguindo o raciocínio de R. Williams, sugeriu que:

La cultura no es una esfera separada, sino una dimensión de todas las instituciones, económicas, sociales y políticas. La cultura es una serie de prácticas que constituyen significados, valores y subjetividades. La cultura incluye, un proceso colectivo e incesante de significados que dan forma social a La experiencia y configuran relaciones sociales.

A cultura não é uma esfera separada, mas uma dimensão de todas as instituições econômicas, sociais e políticas. A cultura é uma série de práticas que constituem significados, valores e subjetividades. A cultura inclui um processo coletivo e incessante de significados que dão forma social à experiência e configuram relações sociais. (ROTA Y MONTER, 2005, p.55, tradução nossa)

Outro fator importante é admitirmos a dimensão da linguagem como constitutiva das realidades sociais. Neste aspecto, Lopes e Macedo (2011) consideram a linguagem não apenas como o instrumento pelo qual nomeamos as coisas – isto é, não apenas um mecanismo de “objetivação do mundo da vida”, conforme a concepção fenomenológica de Berger e Luckmann (1985) – mas o meio mediante o qual as realidades discursivas se constituem. Outra contribuição fundamental refere-se à noção de que nenhum significado pode existir “fora de um sistema de diferenças” (DERRIDA apud BARRÊT, 1996, p. 250).

Questão primordial também seria interpretar este problema à luz da concepção daquilo que Laclau e Mouffe (2015) denominaram de **formações hegemônicas**, categoria que pressupõe o conceito chave de **articulação** para que se possa falar, com efeito, de “hegemonia”. Para os autores, a hegemonia é um tipo de “relação política” mediante a qual se constituem de modo contingente as ordens sociais.

Segundo Barrett (1996), a adesão dos autores ao projeto do pós-estruturalismo e a filiação do modelo teórico laclauiano a conceitos centrais da psicanálise lacaniana e da filosofia derridiana possibilitaram a redefinição da questão das ideologias e da luta pela hegemonia para além da noção de classe social, superando assim tanto a ortodoxia do marxismo reducionista quanto à rigidez desse problema que persistiu, de certa forma, na obra de Gramsci.

¹⁰ No pós-estruturalismo, a dimensão do **antagonismo** passa a desempenhar um papel importante nos processos de apreensão da realidade na medida em que há uma relação formal-conceitual entre universalidade, contingência histórica e o limite de um “Real impossível”: a forma vazia de universalidade (sempre **necessária** e ao mesmo tempo **impossível**), na sua contingente relação com a multiplicidade de conteúdos particulares (também ela contingente e transitória), surge por meio de uma “lacuna irredutível”, que só pode ser representada “de maneira distorcida, por meio de diferenças particulares internas ao sistema” (Cf. ŽIŽEK, 2013, p. 204-205).

A noção de **articulação** é expressa no caso que nos ocupa pela existência da relação entre os projetos políticos e o antagonismo das identidades políticas. Por um lado, a representação de uma suposta apatia política dos jovens está assentada, por assim dizer, num projeto político e em seus quadros referenciais considerados legítimos, construídos de forma hegemônica a partir de uma certa concepção de participação.

Uma vez que este projeto político não goza da exclusividade do significado, sendo incapaz de suplantar o espaço das diferenças, ele se relaciona de modo antagonístico com outro projeto que compreende, por sua vez, a questão do engajamento a partir de outros termos. Estrutura e ressignificação, condicionamento e agência são polarizações que também compõem a atmosfera deste processo.

As identidades políticas, não encontradas diretamente na “imediatividade”, mas, como sugeriu Laclau, politicamente constituídas, constroem-se de modo articulatório e exigem, a rigor, a existência daquilo de Derrida denominava *différance*, isto é, uma “exterioridade constitutiva”: o politizado só existe em função daquilo que não é. Nesse sentido, o despolitizado é o Outro e, ao mesmo tempo, a sua falta constitutiva.

Como sublinhou Mouffe (2015), a distinção nós\eles é condição *sine qua non* de formação das identidades políticas: centralizar o **político** como momento privilegiado de construção da realidade social em torno dos processos de formação hegemônica pode, inclusive, nos ajudar a escapar ao reducionismo explicativo, possibilitando a problematização da questão da oposição entre os discursos (politização x despolitização) e a construção de seus consensos.

Nessa perspectiva, a questão acerca do que significa dizer que os jovens expressam certo estranhamento com relação aos significados de poder e política deveria ser precedida não apenas por uma definição mais clara desses conceitos e/ou pelo uso simultâneo de abordagens qualitativas\quantitativas no tratamento dessa questão, conforme reconheceu Mayorga (2013), mas acrescida por problemas de outra ordem: a idealização do estranhamento dos jovens não seria, a priori, resultante de um estratagema discursivo dedicado a consolidar um sentido na contramão da marginalização de uma *différance*, isto é, de uma exterioridade? Por outro lado, o discurso oposto não realiza, por assim dizer, uma ação análoga, só que na direção contrária?

Portanto, a “politização” e/ou “despolitização” de um sujeito depende de qual sistema de valores, projeto político e concepção de cidadania se estabelecem como quadro de referência a partir do qual se projetam e idealizam as identidades políticas. Além disso, a produção dos significados se dá na tensão entre as hierarquias sociais que almejam a hegemonia de seus ideais e representações do mundo. Aqui, a definição de sociedade e/ou da “impossibilidade da sociedade”, como sublinhado por Laclau (1983), torna-se uma questão fundamental, dada a impossibilidade de fixação de um significado fixo e definitivo em relação à “abertura do social”.

A realidade social, neste caso, não é interpretada como um **fato social** (no sentido durkheimiano da expressão). Tampouco é concebida como simples resultado de uma espécie de “contemplação criativa”, possível graças à subjetividade dos atores sociais. Embora toda estrutura social possa ser traduzida, conforme sugeriu Roger Chartier (apud DOSSE, 2001) como uma **representação** da mentalidade coletiva, sem a qual não existiria em si mesma, nem por isso a sociedade deixa de exercer essa **presença** na consciência individual, mediante a qual, como lembrava Adorno (2008), impõe seus limites, regras e constrangimentos às ações individuais. Neste caso, Berger e Luckmann (1985, p. 87) propunham dialeticamente que “a sociedade é um produto humano. A sociedade é uma realidade objetiva. O homem é um produto social”.

Consequentemente, considerar a relação entre as juventudes e a política a partir de uma perspectiva discursiva pressupõe a necessidade de concebermos a realidade social como “espaço aberto” (E. Laclau) mediada pela linguagem (J. Derrida), ou seja, caracterizada por condições materiais objetivas imbricada numa experiência histórica contingente. Segundo Lopes e Macedo (2011, p. 253),

A sociedade como um todo estruturado e fixo, pré-discursivo ou extradiscursivo, não existe, pois sempre há um excesso de sentido a ser simbolizado, algo do que não se consegue dar conta, jogos de linguagem que podem produzir novas significações contingentes. Toda e qualquer representação provisória da sociedade ou de qualquer outro fenômeno social é sempre apenas uma parte limitada da possibilidade de significação.

Ademais, “os estranhos têm de ser impedidos de entrar” ao passo que os “íntimos, mantidos dentro” (BERGER; LUCKMANN, 1985, p. 120-121). Aqui, não se pode ignorar o fato de que, no contexto de nossa sociedade, o campo da política se constituiu pela exclusão de atrizes e atores centrais aos processos de formação da sociedade brasileira (indígenas, negros, mulheres, minorias sociais, assim como as juventudes).

Desse modo, tomando como ponto de partida a própria constituição dessas “posições de sujeito” na história brasileira, nosso argumento caminha no sentido de que toda uma gama de atrizes e atores sociais, dentre os quais se destacam as juventudes, manteve-se às margens das práticas discursivas tecidas no âmbito da esfera política.

Do ponto de vista histórico, o campo da governabilidade, ao longo de nossa história, constitui-se, em todos os seus períodos, como uma espécie de “Província”, alheia à sociedade civil e às atrizes e atores sociais que lhe tornam possível. Segundo Galvão e Pinto (2006), durante muito tempo se insistiu no despreparo da sociedade brasileira para participação, embora isto não tenha significado impedimento para a mobilização social com vistas à transformação da “sociedade” em vários momentos importantes de nossa história. Em-

bora reprimidos pela violência institucionalizada, os atores nunca deixaram de agir no sentido da resignificação das estruturas de poder. Aqui, é preciso compreender que para além das tentativas de interpelação dos sujeitos pelo discurso, há sempre um excesso de sentido que jamais pode ser preenchido, um espaço para a crítica e para o desenvolvimento de táticas, estratégias de sublevação e contestação da ordem instituída.

Na década de 1950, Fernandes (1954, p. 102-3) sublinhava esse hiato entre o Estado e a sociedade, separados por uma barreira histórica de exclusão e estranhamento:

No decorrer de 65 anos de política republicana, as camadas sociais que se achavam afastadas do exercício direto do poder, não tiveram oportunidades para compreender que as ações do Governo interessam a todos os cidadãos, afetando-os diretamente em seus interesses e segurança ou indiretamente, por empenharem de um modo ou de outro o próprio futuro da Nação, como uma comunidade política.

O sociólogo utilizava a ocasião para questionar a negligência de autores como Oliveira Viana e Alberto Tôrres, por não terem atribuído, naquele contexto histórico, um papel importante à escola secundária brasileira. Para F. Fernandes, a inserção da Sociologia na escola secundária seria fundamental na “formação da personalidade”, na constituição do senso de participação, responsabilidade e no conhecimento dos direitos e deveres inerentes ao exercício da cidadania.

No plano da política brasileira se admitiu como válida a tese de uma despolíticação geral da população, que escondia o privilégio de uma elite excludente que se perpetuava no poder. No contexto de regimes autoritários, a moralização do discurso político acompanhou a formação hegemônica de uma concepção “particular” e excludente de participação e de exercício do poder:

Todas as manifestações da política popular do início dos anos 60 (greves, petições, passeatas, etc.) foram consideradas desviantes e vistas como ausência da interiorização do dever cívico. Manuais de instrução moral e cívica nas escolas e a intensificação das eleições controladas nas cidades do interior foram soluções encontradas à supressão das eleições majoritárias nas capitais e dos partidos políticos, impedidos então, de fazer seu trabalho de socialização na prática das ruas. O cidadão selvagem precisava ser civilizado e controlado pelo Estado (CANEDO, 2003 apud GALVÃO & PINTO, 2006, p. 14).

Maior de 1968 foi considerado pelas forças conservadoras uma imoralidade, uma *anomia*, e/ou qualquer situação distinta da “velha e boa política”. Curiosamente, esse estranhamento não foi exclusividade dos períodos de vigência institucionalizada de regimes autoritários, como aquele da ditadura militar do Brasil (1964 -1985). Com a redemocratização do país, que começa

na década de 1980, as próprias instituições normativas do Estado, corresponsáveis pela manutenção da ordem democrática, edificaram uma linguagem estranha à sociedade civil.

Deixados à margem da História, figurou (a) toda uma linguagem estranha a seus códigos internos: a incompreensibilidade da linguagem jurídica não é, pois, fruto de um acaso. Numa sociedade pretensamente liberal como a nossa, é necessário falar a língua do Direito para fazer valer o direito que se tem. Ademais, as concepções de política e de poder caminharam na mesma direção: elementos considerados por uma parcela significativa da sociedade civil e pelas juventudes como estranhos à sua vida cotidiana. Pertencem a um Outro lugar, isto é, constituem-se como objeto de posse de outros sujeitos.

Por outro lado, essa dualidade descrita até o presente momento (politicizado x despoliticado) também deve ser problematizada no plano das formações discursivas. Neste aspecto, o que está em jogo é, pois, a luta pela hegemonia no que diz respeito aos sentidos da ação política (e /ou da própria noção de cidadania, ressalta-se aqui).

Aliás, a questão elencada, própria do antagonismo dos pontos de vista, não representa prejuízo ao jogo democrático, uma vez que “não existe uma única concepção de cidadania que deva ser aceita por todos” (MOUFFE, 2015, p. 11). Um ponto de inflexão interessante a esse respeito foi levantado por Carrano (2012, p. 83) ao refletir em que medida e de que forma “os espaços clássicos de participação absorvem ou não os vetores que chegam através dos diferentes coletivos de identidades, tais como negros, mulheres, LGBT, deficientes”. Com efeito, na impossibilidade de extinguir o antagonismo das relações sociais, a política deve buscar “a criação da unidade em um contexto de conflitos e diversidade” (MOUFFE, 2005, p. 20).

Finalmente, a “apatia” atual, ressaltada amplamente tanto pela literatura como pelo senso-comum, no sentido da não identificação das juventudes com relação à institucionalidade do poder, não deixa de refletir, também, uma repulsa mais geral da sociedade brasileira diante da corrupção endêmica que assola o Estado e sua organização política histórica (reflexo da “corrosão” de nossas instituições). Se, por um lado, o processo histórico de exclusão da participação da população e, em grande medida, da parcela jovem da sociedade nos processos decisórios, ensejou, por assim dizer, a condição objetiva desse estranhamento, por outro, sua condição histórica é uma construção social, e, portanto, discursiva, conforme veremos a seguir.

3 A CONSTRUÇÃO SOCIAL DA (DES) POLITIZAÇÃO DOS JOVENS

A (des) politização das juventudes pode ser considerada uma construção social na medida em que os discursos que idealizam sua relação com a política vi-

sam à hegemonia e à exclusão de uma diferença. Ao lado do fator histórico, tanto a “formação hegemônica dos consensos”, somada a questão da interiorização de certas posturas de comportamento, como os meios de comunicação em massa, especificam a construção social da (des) politização dos jovens.

A ascensão dos jovens à condição de atores sociais na história política brasileira acompanhou a lenta e progressiva crise do sistema patriarcal. A exclusão dos jovens dos processos decisórios é um fato histórico de consequências objetivas em nossa jovem história republicana. Do ponto de vista da teoria crítica, na qual ocupou lugar de destaque Bourdieu (1983), a categoria “jovens” pode ser interpretada como uma construção social gestada no bojo de uma hierarquização da sociedade relacionada a um processo mais geral de distribuição do poder e de definição dos grupos sociais considerados legitimamente constituídos para o seu uso exclusivo.

Por um lado, os hermeneutas da despolitização juvenil tomaram como válidas as categorias tradicionais de engajamento político, considerando-as instâncias normativas de representação do nível de capital político dos jovens. Por outro, os apologistas do “novo”, da reavaliação das noções de participação e engajamento político tentam resgatar, por assim dizer, o lugar do Outro, que recalcado e deixado às margens da história, “reclama” sua posição de ator social numa esfera pública “ressignificada”.

Em ambos os casos, o ato coletivo de estabelecimento do consenso segue, a rigor, as linhas mestras do processo de **formação hegemônica** do sentido e o espaço aberto de uma **diferença**. Neste sentido, mais importante do que qualificar a experiência política dos jovens como politizada (ou despolitizada) é o reconhecimento das variáveis, isto é, dos quadros de referência mediante os quais se estabeleceu o “sentido hegemônico” das noções de participação e engajamento.

A “politização” dos jovens também é uma construção social na medida em que pressupõe certo alinhamento do comportamento do sujeito à lógica desses quadros de referência contingentes e considerados válidos em determinados momentos históricos. A “despolitização” é justamente o contrário: expressa a não conformidade dos sujeitos a esses parâmetros de fixação.

Neste sentido, o que se busca tornar hegemônico são os consensos quanto às quais posturas cívicas, morais ou éticas são representativas do processo de atuação política. No contexto, por exemplo, da Ditadura Militar brasileira (1964-1985), ufanismo, dever cívico e moralização da conduta juvenil eram sinônimos de politização, na mesma medida em que o exercício do livre pensamento, a crítica à ordem social e manifestações artísticas e culturais que não se alinhavam ideologicamente ao regime eram não apenas sinais de despolitização, mas práticas que deveriam ser sufocadas pela força e pelo uso “legítimo” da violência. Tanto no primeiro como no segundo caso, a História também nos ensina que a fixação de parâmetros rígidos para o comportamento dos atores sociais não implica, a rigor, a sua obediência irrestrita.

Finalmente, não se pode ignorar o papel desempenhado pelos meios de comunicação em massa na “reificação” de uma cultura política específica. Se, por um lado, parece inegável o fato de que os meios de comunicação em massa, em especial a mídia televisiva, atuam de maneira significativa na reprodução das hierarquias sociais (em novelas, programas de auditório, *reality shows*) e na cristalização dos significados que se atribuem à política e poder, por outro, fica em suspenso o problema do público ao qual são dispensados os conteúdos informativos. Interiorizam os telespectadores de forma passiva aquilo que lhes é apresentado como a verdade dos fatos ou são atores críticos capazes de influenciar diretamente nos conteúdos a eles direcionados?

Aqui, ao que parece, o que está em jogo é a histórica distinção entre uma concepção “objetivista” da realidade social, que toma os sujeitos em segundo plano (como consumidores “passivos” de bens culturais), consignada a nós neste aspecto, sobretudo, pelos expoentes da Escola de Frankfurt, em especial pela crítica de Adorno e Horkheimer à **indústria cultural** – perceptível, num certo grau, nas críticas à mídia televisiva exemplificadas pelas análises de Žižek (1996), Bourdieu (1996, 1998), Sartori (1998), Chauí (1995), e uma dimensão da **agência**, típica ao individualismo metodológico e as teorizações influenciadas de algum modo pelo pensamento weberiano que tradicionalmente têm conferido maior importância à dimensão subjetiva e à relativa “autonomia” dos sujeitos na ressignificação/representação das estruturas sociais (AVRITZER, 2004; BERGER; LUCKMANN, 1985; SCHUTZ, 1979).

A nosso ver, neste caso em específico, é possível aceitar como válidas tanto a primeira perspectiva como a segunda, mas apenas se acrescentarmos um elemento novo: um discurso de mediação. Mais adiante tentaremos defender que esse discurso de mediação pode ser elaborado – embora não exclusivamente –, pela Sociologia, enquanto discurso científico capaz de fornecer aos sujeitos os subsídios teóricos e metodológicos mais adequados à necessária crítica à suposta neutralidade dos meios de comunicação e ao conteúdo informativo vinculado por esses canais.¹¹

Em todo caso, se os meios de comunicação não exercem um poder irrestrito na formação da opinião pública, certamente eles são, como sugeriu Sorj (2010, p. 20), canais de **atuação** e **“representação”** política:

Na política, para alcançar legitimidade, é preciso comunicar a representação. Isto implica o fato de que os meios de comunicação estão, desde a sua origem, no centro da atividade política e que não há como entender isto sem analisar os modos e formas de comunicação de cada época. Porém, os meios de comunicação não são apenas um mecanismo uti-

¹¹ Também veremos que o discurso sociológico, no âmbito escolar, isto é, do ensino de Sociologia, também pode viabilizar as condições para uma melhor compreensão acerca desse debate entre as teorias da agência e da reprodução, situando-as discursivamente.

lizado por terceiros para alcançar a representação, mas também são potencialmente representativos em si. Os próprios meios incluíram esta pretensão de uma representação direta em seu discurso histórico, o que se reflete em nomes como “a voz do povo”, “a voz do interior”, “o censor”, “o tribuno” ou slogans comuns como “firme junto com o povo”.

Segundo esta perspectiva, que atribui um valor positivo ao jornalismo de tipo investigativo, os meios de comunicação seriam canais imprescindíveis ao processo de democratização, uma vez que tornariam “transparentes” práticas políticas que historicamente se mantiveram na obscuridade. Sem a pretensão de negarmos a pertinência da análise, permanece em suspenso o desafio de tornar os canais que supostamente ensejariam a transparência dos atos de Governo, também eles mais transparentes a seu público. Ou como desmistificar a ilusória neutralidade do discurso midiático, sem perder de vista as íntimas conexões entre discurso\verdade\poder, relações indissociáveis e já inscritas na história do pensamento contemporâneo (de F. Nietzsche à M. Foucault).

No contexto brasileiro, acreditamos que esses canais atuam na reprodução das hierarquizações sociais e, sobretudo, na consolidação da hegemonia cultural de grupos sociais e seus respectivos valores. No caso que nos ocupa, dos valores que integram a cultura política e a experiência cognitiva dos sujeitos com o **político**. Parece haver ainda uma íntima conexão entre os verbos **informar** e **politizar**, uma vez que os meios de comunicação parecem assumir o status de uma instituição legítima e autorizada para “alfabetizar politicamente” seu público.

O filtro da informação, a crítica ao conteúdo informativo e o complexo exercício de tradução da informação em conhecimento, por parte dos atores sociais, não ocorrem de imediato, sem a necessária mediação sociológica. Geralmente, o que se dá é a conversão de toda e qualquer informação veiculada pela mídia, naquilo que constitui a “verdade sobre os fatos”. Isto ocorre dentre outras razões em função de uma certa confiabilidade da qual gozam os veículos de comunicação por parte da maioria de seu público. Sobretudo a parcela da população que, por imposição das condições materiais da vida, não tem acesso ao contraditório da informação, também transformado em mercadoria e moeda de troca em nosso tempo.

Segundo Miguel (2004, p. 4),

O consumidor de informação que lê um jornal ou assiste a um noticiário não tem, via de regra, como checar se determinada sessão do Congresso realmente ocorreu, com tais e quais decisões sendo tomadas, ou se um navio realmente naufragou na costa da África. Ele confia no jornal ou no noticiário. Esta incapacidade de comprovação independente é tão acentuada que chega a particularizar o jornalismo dentre os diversos sistemas peritos. Quando alguém sobe num avião, está confiando nos saberes especializados

de engenheiros e mecânicos, que aquela aeronave materializa. Mas esta confiança está ancorada na experiência vivida, por ele ou por seus conhecidos, de viajar de avião e chegar ao destino. No caso do jornalismo, na maior parte das vezes, esta possibilidade não existe. A confirmação que concedo a um determinado noticiário não é dada por minha vivência, mas pelos noticiários concorrentes, que apresentam conteúdo similar.

Retomando a categoria laclauiana de **formação hegemônica do consenso**, é lícito afirmar que a similitude do conteúdo veiculado pela mídia não encerra, obrigatoriamente, a “totalidade” de uma verdade, mas, antes, a articulação hegemônica dos próprios consensos, o espaço de uma diferença e o caráter contingente de todo processo. Se o jornalismo goza desse status de **perito**, a “veracidade” das notícias por ele produzidas (diga-se que o processo de produzir algo é indissociável de um ato valorativo) e publicizadas pelos grandes meios de comunicação, não implica na necessidade, a princípio, do exercício da crítica.

A desnaturalização da notícia que pressupõe uma reflexão sistemática em torno da questão da neutralidade dos meios de comunicação é um exercício que requer, por assim dizer, a mediação de um outro discurso, dotado das ferramentas teóricas e metodológicas adequadas. Ela não é uma impossibilidade ao sujeito, tal como a resignificação das estruturas de poder e à fuga a certos estrangimentos sociais/históricos, não obstante, não é realizável sem o desenvolvimento das ferramentas intelectuais e materiais necessárias para seu efeito.

4 O ENSINO DE SOCIOLOGIA: UMA MEDIAÇÃO NECESSÁRIA

A afirmação de que o discurso sociológico e\ou a presença da Sociologia no currículo da escola de nível médio constitui uma mediação necessária – embora não a única – à qual nos referimos em parágrafos anteriores, exige, a nosso ver, a problematização de duas questões. Primeiramente, precisa-se situar a importância do ensino da Sociologia no contexto da educação básica, possibilitando a interpretação da disciplina sociológica como um discurso e, portanto, como a dimensão *per se* mediante a qual podem se construir as identidades políticas. Há um papel central atribuído à Sociologia na formação política dos atores sociais ao mesmo tempo em que mudanças mais recentes no atual contexto das reformas do ensino médio têm ameaçado diretamente as possibilidades de formação política dos jovens estudantes do ensino médio a partir das contribuições da Sociologia.

Em seguida, o **currículo** será compreendido como uma **prática** (e não como uma espécie de “coisa”), isto é, trataremos de operar com uma leitura discursiva da prática curricular que, por sua natureza, implica numa revisão das várias

possibilidades abertas às práticas de significação situadas no âmbito do processo educativo, e, por extensão, do ensino da Sociologia.

Aqui, cabe ponderar que o discurso em prol da Sociologia como componente curricular da escola de nível médio no Brasil teve que lidar, durante anos a fio, com a oposição de discursos contrários à sua efetiva presença nas escolas, principalmente durante o processo histórico de institucionalização da disciplina sociológica. Aliás, seria muita ousadia de nossa parte sugerir que tais discursos, geralmente gestados no bojo de um conservadorismo pedagógico, estiveram, de alguma forma, associados às mesmas forças históricas que excluíram as atrizes e atores sociais da vida política do país?¹²

Inclusive, é lícito afirmar que, ao longo do século XX, o processo de institucionalização da disciplina Sociologia no Brasil refletiu, em grande medida, uma tendência mais geral presente em outros países: a de conceber o ensino desta disciplina nos cursos secundários como possibilidade real de oferecer as ferramentas teóricas e conceituais capazes de permitir a compreensão dos problemas sociais, e de fomentar o desenvolvimento de estratégias para sua resolução.

Na verdade, pretende-se não apenas reforçar a noção de que o discurso pela inserção da Sociologia como disciplina escolar guarda íntimas conexões com projetos de construção social¹³, como também ressaltar o argumento de que o discurso em prol da Sociologia na educação básica sustenta, já em 1950, mas sobretudo a partir da década de 1980, que a nova disciplina pode contribuir

¹² Em 2001, num contexto fortemente marcado pela penetração, no Brasil, da política e da economia neoliberal, o veto do então presidente da República Fernando Henrique Cardoso ao projeto de lei que pleiteava a obrigatoriedade do ensino de Sociologia nas escolas de todo país foi apenas um dentre vários fatos emblemáticos dessa recusa em enxergar na Sociologia uma disciplina legítima na formação das/os jovens. Atualmente, as propostas de reforma do ensino médio, mais uma vez gestadas no âmbito de um projeto político conservador e neoliberal, bem como a articulação de diversos movimentos caracterizados pelo forte apelo à retórica do moralismo na educação, como por exemplo, o Movimento Brasil Livre – MBL, e na mesma direção, o Movimento Escola Sem Partido, têm valorado negativamente as possibilidades de formação política das/os jovens no contexto da educação básica. Na ótica desses movimentos, disciplinas como Sociologia, História e Filosofia seriam discursos de alienação marxista, socialista e comunista.

¹³ No Brasil, na década de 1950, o próprio Florestan Fernandes justificava a presença da Sociologia como disciplina nas escolas secundárias, atribuindo-lhe, equivocadamente ou não, uma “função central” a partir daquilo que o autor denominava como um adestramento social necessário. Conforme vimos, o argumento do sociólogo marxista caminhava no sentido de que a população brasileira não havia sido “educada” para a democracia. Aqui, trata-se do reconhecimento de uma espécie de estranho hóspede na morada do regime político e da ordem social tornada hegemônica: o não – cidadão, ou para empregarmos o termo do dramaturgo alemão do século XX Bertolt Brecht, o “analfabeto político”. Na existência real desse sujeito imaginado pelo discurso como despolitizado, acrítico e não – cidadão, será preciso, pois, educá-lo.

de modo significativo na formação dos educandos para a cidadania.¹⁴ Neste aspecto, os Parâmetros Curriculares Nacionais para a educação básica e as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio fazem eco ao artigo nº 36 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, ao estabelecerem como objetivos de ensino a formação do indivíduo para o exercício da cidadania. A formação do cidadão, da criticidade e da reflexividade política são reflexos de um efeito formativo pretendido pelo discurso sociológico na educação básica: **a politização dos sujeitos.**

A construção da cidadania do educando, postulada na forma de objetivo geral de ensino/aprendizagem da Sociologia comporta, obviamente, uma série de problemáticas. A primeira delas diz respeito à polissemia desse termo genérico que é cidadania e, sobretudo, o sentido que a ela é atribuído em contextos sociais e históricos particulares. Há, nessa perspectiva, uma polissemia de vozes que concorrem para a produção de significados para a cidadania.¹⁵

Uma segunda questão, ainda acerca da problemática do conceito de cidadania, diz respeito às inúmeras produções de sentido que podem ser suscitadas pelos agentes envolvidos mais diretamente com o processo educativo realizado na

¹⁴ A formação de atitudes sociais voltadas à compreensão de problemas e à sua possível resolução precederam, pois, aquilo que mais tarde vamos aprender a denominar como educação cidadã, ou educação para a cidadania. Como apontou DeCesare (2014), nos Estados Unidos, país em que as primeiras experiências do ensino de Sociologia no ensino médio datam das décadas de 1911-1912, e que ao longo do século XX foi se desenvolvendo nas hostes de uma espécie de utilitarismo ou funcionalismo pedagógico, a tendência geral do ensino de Sociologia na escola secundária foi ajudar a construir uma postura ativa dos sujeitos na resolução de problemas práticos. Na França, onde o ensino da Sociologia nas escolas secundárias teve início em meados da década de 1960, o objetivo geral foi o de construir, segundo Mercklé (2014), o Homo Sociologicus. Ou dito de outro modo, numa acepção weberiana, o tipo-ideal do trabalhador e cidadão crítico, consciente ética e politicamente de seu lugar na sociedade francesa e da necessidade de transformação social (CHATEL; GROSSE, 2014). No caso brasileiro, a formação de atitudes sociais e de modos de comportamento compatíveis com a lógica da resolução dos problemas sociais, bem como a formação do cidadão preparado para atuar na nova sociedade que tardiamente se industrializava ao longo do século XX, consistiam, pois, objetivos fundamentais para o ensino de Sociologia na educação básica. Trata-se, pois, conforme sugeriram Oliveira e Engeroff (2016), de compreender que a vinculação entre o ensino de Sociologia e a construção da cidadania não é uma exclusividade da institucionalização das Ciências Sociais/Sociologia no Brasil, mas um fenômeno presente em outros contextos educacionais.

¹⁵ No contexto de uma educação neoliberal, por exemplo, a cidadania pode estar vinculada ao registro e ingresso do sujeito na sociedade de mercado, quer seja na posição de produtor – trabalhador – quer seja como consumidor, ou ainda como um sujeito que deve ocupar ambas as posições. Nesta situação, a cidadania implicaria no direito do indivíduo a participar deste jogo. Numa interpretação mais crítica, a cidadania estaria relacionada não apenas ao gozo dos direitos civis, políticos e sociais, mas a uma certa postura dos sujeitos no sentido da ação social, da transformação, da resolução de problemas sociais locais ou gerais.

escola.¹⁶ Isto, entretanto, não implica deduzir que a formação do cidadão, compreendido como sujeito dotado de direitos e deveres, mas, acima de tudo, como um indivíduo ciente de seu lugar no mundo simbólico, capaz de agir no sentido da transformação social, não possa se estabelecer como um objetivo nobre para o ensino de Sociologia na educação básica.

O problema da transformação social não é a transformação em si mesma, mas a trajetória e os objetivos que ela assume. O discurso sociológico, na medida em que possibilita vislumbrar o fortalecimento da democracia e da justiça social, e concorre para uma defesa da diminuição das inúmeras desigualdades sociais, como um horizonte a ser alcançado, representa, a nosso ver, um poderoso discurso de mediação entre os sujeitos frente a outros discursos que pretendem fixar o lugar dos indivíduos no mundo, quer como consumidores passivos de cultura (mídia televisiva), quer como despolitizados, acrílicos, não – cidadãos (discurso do MBL, da Escola Sem Partido).

O potencial formativo da disciplina, no entanto, não reside apenas na prescrição desta possibilidade de **conscientização política** do educando, mas nas várias possibilidades abertas pela disciplina à interpretação dos discursos que atravessam a constituição das identidades dos sujeitos, inclusive sua identidade política. Nessa direção, é amplamente possível, por exemplo, a partir de um ensino de sociologia ancorado numa perspectiva pós-estruturalista, desenvolver, juntamente com os alunos, interpretações mais sofisticadas acerca de conceitos como estrutura social, sociedade, identidade, política, cidadania, participação política e, também, juventudes.

A nosso ver, à professora/or é absolutamente possível apresentar esses conceitos como construções discursivas. Em tal empresa, caberia à docente desconstruir a falsa sensação de que essas categorias são dados empíricos da realidade social, bem como a própria ideia de que a realidade social é compreensível fora dos discursos que lhe conferem sentidos histórico e socialmente produzidos, ou seja, como algo pré-discursivo ou extra discursivo. A própria Sociologia, compreendida como disciplina escolar ou como ciência, precisa ser concebida como discurso.

Situar, no âmbito do ensino, a Sociologia como discurso é permitir às estudantes compreender a ciência como um campo de produção de sentidos. É ajudá-las a conceber a prática científica como uma luta frenética por significar o mundo, e não mais como um reflexo da realidade (ou da verdade). Mas é também expor às estudantes os múltiplos discursos aos quais estamos “submetidos” (e como eles pretendem construir nossa identidade e nossas posições-de-sujeito, como críticos, cidadãos e trabalhadores). Tal prática ensinaria, a nosso ver, uma experiência mais significativa para o ensino de Sociologia, compreendido aqui como um discurso de mediação.

¹⁶ Por exemplo, pesquisas como a de Rêses et al. (2016) demonstraram que a formação da cidadania, na representação de alunos e professores envolvidos nos processos de ensino/aprendizagem da Sociologia no ensino médio, não está fundada num consenso. Também não é ponderável afirmar que aquilo que os documentos normativos definem como formação do cidadão coincide com as representações que fazem as docentes, e nem que as discentes tenham da cidadania a mesma concepção.

Portanto, é essa categoria, a de discurso, que precisa de maior atenção no ensino de Sociologia na educação básica. Essa perspectiva permitiria compreender a função da linguagem na construção da realidade social. A percepção das identidades políticas, étnicas e raciais como relacionais, construídas igualmente na discursividade da vida social, fomentaria, enfim, uma forma de compreensão/interpretação/significação dos fenômenos sociais capaz de situar o problema da **agência** e da **estrutura**, ou a clássica questão sobre se há (ou não) um determinismo absoluto da ação individual ou coletiva, como reflexo da luta pela hegemonia de teorias sociológicas antagônicas.¹⁷

Em tal empresa, é salutar, também, uma leitura discursiva do currículo: compreender o currículo como prática discursiva ajudaria a situar os sujeitos neste campo simbólico em que se dão as disputas pela significação. Os sujeitos da educação, em especial as professoras, não podem ser representadas como seres inertes, incapazes de significar o currículo, isto é, incapazes de dar sentido à própria prática docente. Nessa direção, cabe, portanto, (re) definir o conceito de currículo, e, por extensão, o lugar das docentes na atribuição de sentidos para o ensino da Sociologia na educação básica. Na perspectiva levantada neste trabalho, esses sentidos não estão dados, a priori, mas em constante disputa pela hegemonia.

¹⁷ É amplamente possível, ao discurso sociológico no contexto da educação das jovens estudantes do ensino médio, mediar a compreensão acerca dessa questão já tornada clássica por seus interlocutores, a partir de um programa de curso imaginado em termos de perspectiva comparada. Para tal, as estratégias são infinitas. Desde a leitura e interpretação de situações concretas que traduzem a questão do determinismo social da ação, até as microscópicas estratégias de sublevação realizadas pelos sujeitos. A própria escola é um lugar simbólico bastante fértil a partir do qual o ensino de Sociologia pode buscar os exemplos. Os mecanismos de controle do comportamento e de regulação do corpo, por exemplo (o toque para entrar e sair), o ordenamento dos corpos em filas indianas, o controle do tempo etc., poderiam ser apresentados como exemplos daquilo que propunham autores como Michel Foucault (ou, mais recentemente, Giorgio Agamben), acerca dos múltiplos dispositivos de vigilância e regulação dos corpos; ao passo que questões tão delicadas como a indisciplina escolar, a famosa fila, poderiam ser pensadas, no contexto escolar, como manifestações da não conformidade do comportamento dos sujeitos às lógicas que pretendem fixar sua posição e determinar suas ações. Tudo isso é possível no plano da prática. No plano teórico, é possível, por exemplo, interpretar os discursos de teóricos da ação como Max Weber e Anthony Giddens em contraposição aos discursos de Émile Durkheim e Marcel Mauss. Aqui, tratar-se-ia de conceber essas teorizações como formas de interpretação do social, e não mais como reflexos da realidade. Situar essas teorias no contexto histórico onde elas surgiram, bem como localizar os autores em seu devido tempo e lugar é fundamental. Se a teoria sociológica pode ser alçada à condição de discurso é em função de que ela constrói a realidade dos objetos que elege como fontes para suas descrições e interpretações. Se é discurso, trata-se, portanto, de conceber as teorias da ação e da reprodução como discursos que almejam a hegemonização dos princípios e ideais que lhes são adjacentes. O ensino de Sociologia, por fim, não deve pretender cravar a verdade sobre os fenômenos de que trata, mas levar as estudantes a colocar sob juízo qualquer tentativa de estabelecer de modo definitivo uma interpretação sobre a realidade, o sujeito, e os fenômenos que resultam de sua interação com o outro, mesmo que isso implique colocar sob suspeita o próprio discurso sociológico.

Segundo Lopes e Macedo (2011), a definição de currículo não é tarefa das mais fáceis. O mesmo assume diversos sentidos em períodos históricos variados e de acordo com os projetos de educação considerados legítimos no tempo e no espaço. Os **temas, teorias e conceitos** (no caso da Sociologia) que integram o corpo de suas linhas oficiais não são alheios às relações de poder. A predominância dos “clássicos” da Sociologia, da Ciência política e da Antropologia, por exemplo, implica um conjunto de atores e concepções de mundo deixadas às margens pela parcela considerada legítima dos conhecimentos a serem conservados pelo processo educativo. Uma breve análise exploratória dos livros didáticos de Sociologia, sobretudo a partir de 2012, revela a predominância de teorias e linguagens produzidas no âmbito do eixo anglo-saxônico e germânico, em detrimento, por exemplo, de teóricos latino-americanos, africanos e asiáticos.

Partindo de uma concepção pós-estruturalista no campo da teoria de currículo, defende-se que:

Assim como as tradições que definem o que é currículo, o currículo é, ele mesmo, uma prática discursiva. Isso significa que ele é uma prática de poder, mas também uma prática de significação, de atribuição de sentidos. Ele constrói a realidade, nos governa, constringe nosso comportamento, projeta nossa identidade, tudo isso produzindo sentidos. Trata-se, portanto, de um discurso produzido na interseção entre diferentes discursos sociais e culturais que, ao mesmo tempo, reitera sentidos postos por tais discursos e os recria (LOPES; MACEDO, 2011, p. 41).

Reiterar significa aqui, reificar, cristalizar, consolidar um sentido na mesma medida em que se exclui, silencia, marginaliza uma diferença, um excesso intrínseco a todo sentido. Assim, o currículo de Sociologia no nível médio e, mais precisamente, os conteúdos relacionados à discussão **política** sobre política (posto que, nem os materiais didáticos, o discurso dos professores, a escola e seu projeto político pedagógico, a comunidade escolar que a integra, os programas políticos que lhe financiam, são entes neutros, imunes à carga ideológica que todo projeto de educação exprime) não é um objeto alheio à dinâmica da realidade social.

A inexorabilidade da relação entre o currículo, as práticas discursivas e a realidade social na qual ele é produzido não exclui a necessidade de sua existência. Tampouco, a possibilidade de viabilizar aos estudantes as condições materiais e cognitivas para a **desnaturalização e estranhamento** com relação aos meios de comunicação e ao papel da política na organização da sociedade. Nessa direção, caminham as Orientações Curriculares Nacionais para o ensino de Sociologia no nível médio, onde pode-se ler:

Os debates e as atividades pedagógicas realizados em torno das relações entre política e sociedade devem ter como finalidade ampliar a concepção que o aluno tem de política.

O educando tem de perceber a política como uma rede de interesses e de acordos estabelecidos pelos seres humanos, em um processo de tomada de decisões que gira em torno de valores sociais e de relações de poder. É tarefa do aluno entender e identificar a presença da política no agir cotidiano de indivíduos, grupos e instituições (BRASIL, 2006, p. 97).

Embora talvez não seja possível admitirmos, a princípio, que essa compreensão da política signifique uma ampliação satisfatória do conceito, compreender as relações de poder como inerentes à prática da realidade da vida cotidiana, bem como sua dimensão política, constitui, ao menos, um avanço no sentido de que, historicamente, as juventudes foram levadas a conceber o poder como uma instituição objetiva, objeto exclusivo de posse daqueles responsáveis pelo controle do Estado. A definição de poder na perspectiva sublinhada por Foucault (1984), isto é, como “relação” e não como uma espécie de “coisa” se alinharia perfeitamente ao currículo de Sociologia para o nível médio. O que de certo modo já é possível verificar na maioria dos livros didáticos aprovados pelo último PNLD de 2015.

Assim, uma reflexão sistemática tendo por objeto o papel dos meios de comunicação em massa na “formação da opinião” pública e, em grande medida, sobre as relações entre discurso\verdade\poder poderia maximizar as potencialidades do ensino de Sociologia. A crítica direcionada ao conteúdo informativo tornado público pelos canais de comunicação em massa não ocorre de imediato. Esse exercício necessita, por assim dizer, de um ato de mediação. A sociologia pode, pois, cumprir essa função primordial, atuando como discurso científico dotado dos instrumentos teóricos e metodológicos mais adequados à análise do discurso midiático.

Por outro lado, a crítica à suposta neutralidade dos meios de comunicação não pode ser imaginada como uma crítica, de igual modo, neutra, posto que, como lembrava Žižek (1996) quanto mais negamos a ideologia de nossa prática social, neste caso, também pedagógica, mais estamos presos a ela. No outro extremo, exaltar os possíveis benefícios do jornalismo de tipo investigativo como responsável pela “transparência” dos movimentos do poder institucionalizado, interpretando-o como discurso neutro seria certamente um desvio com consequências desastrosas.

A contextualização histórico\sociológica da relação juventudes\política requer, por um lado, um diálogo mais produtivo entre a História e a Sociologia, e por outro, uma ênfase na dimensão discursiva e acerca do papel da linguagem na constituição da realidade discursiva. É preciso interpretar o corpo da “distância” juventudes\política como parte integrante de um processo histórico mais amplo que envolveu (e envolve) a luta pela “formação hegemônica do consenso” dos projetos políticos, dos conceitos de cidadania e democracia participativa, ao invés de fazer eco à reducionismos explicativos que não levam em conta a historicidade

dos processos e a dimensão simbólica dos fenômenos. Não se deve, ao mesmo tempo, tomar esse estranhamento como um fato histórico-sociológico *per se*, mas como uma construção social.

Ao invés de pesarmos em que medida os jovens se tornaram, em nosso tempo, despolitizados, poderíamos partir de outras questões, tais como: quais são os discursos que classificam os sujeitos como jovens? Em que medida, como e por que, esses discursos chegaram a classificar os jovens como despolitizados? E, finalmente, como é possível aos sujeitos interpelar esses discursos que pretendem fixar seu lugar no mundo dessa e não de outra maneira?

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este *paper*, a partir de uma pesquisa ainda em andamento, procurou, de modo geral, problematizar a relação entre as juventudes e a política. De modo específico, tratamos de situar o ensino de sociologia como um “discurso de mediação”. Isto é, como um discurso capaz de oferecer as ferramentas necessárias para uma leitura discursiva acerca da relação dos jovens com a política, e sobre o debate teórico entre as teorias da reprodução e da agência.

Tentamos construir nosso raciocínio a partir da negação explícita a qualquer tentativa de exclusão da dimensão antagonística da realidade social. Os consensos que projetam a politização ou despolitização das juventudes são produto de articulações hegemônicas e, portanto, expressam sempre a existência de uma exterioridade. O discurso sociológico se constitui como discurso científico de mediação necessária entre os jovens e a política, sua condição social e histórica e acerca das íntimas relações entre o discurso midiático e as relações de poder. Neste sentido, o currículo de Sociologia no nível médio poderia convergir no sentido da crítica à suposta neutralidade dos meios de comunicação, bem como na contextualização histórico-sociológica da relação entre as juventudes e a política.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADORNO, Theodor W. **Introdução à Sociologia**. São Paulo: Unesp, 2008. p. 113-143.

ROTA Y MONTER, José Antonio Fernandez de. Cultura política y políticas culturales. In: BARRIO, Ángel B. Espina. **Poder, Política y Cultura: Antropología en Castilla Y León e Iberoamérica VII**. Recife: Massangana, 2005.

AVRITZER, Leonardo; COSTA, Sérgio. Teoria crítica, Democracia e esfera pública: concepções e usos na América Latina. **Dados – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 47, n. 4, p. 703-728, 2004.

BARRETT, Michèle. Ideologia, Política e Hegemonia: de Gramsci a Laclau e Mouffe. In: ŽIŽEK, Slavoj (Org.). **Um mapa da ideologia**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996. cap. 11, p. 235-264.

BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Tomas. **A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento**. Tradução de Floriano de Souza Fernandes. Petrópolis: Vozes, 1985.

BOBBIO, Norberto. **O futuro da democracia: uma defesa das regras do jogo**. Tradução Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

BOURDIEU, Pierre. **A Distinção: crítica social do julgamento**. 2. ed. rev. Porto Alegre: Zouk, 2011. p. 95-115.

_____. A juventude é apenas uma palavra. In: **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983. p. 112-121.

_____. **Sur La télévision, suivi de L'emprise Du journalisme**. Paris: Liber, 1996.

_____. **Contrafogos: Tática para enfrentar a invasão neoliberal**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998

BRASIL. **Orientações Curriculares para o ensino médio**. v. 3, Sociologia. Brasília: Ministério da Educação, Secretária de Educação Básica, 2006. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/book_volume_03_internet.pdf>. Acesso em: 23 jan. 2017.

CALIARI, Hingridy Fassarela. **Um ensaio sobre a participação política da juventude brasileira**. Dissertação de mestrado [193 f.]. Pós-Graduação em Política Social do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas, Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória: UFES, 2009. Disponível em: <<http://web3.ufes.br/ppgps/sites/web3.ufes.br/ppgps/files/Hingridy%20F.%20Caliari.pdf>>. Acesso em 30 jun. 2017.

CASTRO, Lúcia Rabelo de. Participação política e juventude: do mal-estar à responsabilização frente ao destino comum. **Rev. Sociol. Polít.**, Curitiba, v. 16, n. 30, p. 253-268, 2008.

CARRANO, Paulo. A participação social e política de jovens no Brasil: considerações sobre estudos recentes. **Revista o Social em questão**, ano 15, n. 27, p.83-100, 2012.

CHAUÍ, Marilena. **Convite à Filosofia**. São Paulo: Ática, 1995.

CHATEL, Elisabeth; GROSSE, Gérard. O ensino sociológico nos estabelecimentos de ensino médio: entre problemas sociais e sociologia acadêmica. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 39, n. 1, p. 99 – 111, jan./mar 2014.

DECESARE, Michel. 95 anos de ensino de Sociologia no Ensino Médio. **Educação & Realidade**, vol. 39, n. 1, p. 113 – 137, 2014.

DOSSE, François. **Da história em migalhas ao resgate do sentido**. Tradução Ivoni Castilho Benedetti. São Paulo: Unesp, 2001.

FERNANDES, Florestan. **O ensino de Sociologia na Escola Secundária brasileira**. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 1., 1945, São Paulo. **Anais...** São Paulo, 1954. Disponível em: <http://www.sbsociologia.com.br/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=1693&Itemid=170>. Acesso em: 30 de Junho de 2017.

FERREIRA, P. M. Os jovens e a cidadania política e social na Europa. In: CASTRO, Lúcia R.; CORREA, Jane (Orgs.). **Juventude contemporânea: perspectivas nacionais e internacionais**. Rio de Janeiro: Nau/Faperj, 2005. p. 31-56.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Organizado e traduzido de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984.

_____. **A arqueologia do saber**. Tradução. Luiz Felipe Baeta Neves. 8. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014.

GALVÃO, Roberto Carlos Simões; PINTO, Aparecida Marcianinho. **Cidadania, participação política e educação da história do Brasil**. Disponível em: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/seminario/seminario7/TRABALHOS/R/Roberto%20carlos%20simoes%20galvao.pdf> Acesso em: 30 jun. 2017.

HALL, Stuart. **Quem precisa de identidade**. In: SILVA, Tomaz Tadeu (Org) **Identidade e diferença: A perspectiva dos Estudos Culturais**. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2009. “p.103 – 133.

LACLAU, Ernesto. The impossibility of society. Canadian Journal of Political and Social Theory/Revue canadienne de théorie politique et sociale, v. 7, n.1-2, p.21-24. Essex University: England, 1983. Disponível em: <<https://journals.uvic.ca/index.php/ctheory/article/view/13950/4724>>. Acesso em: 30 jun.2017.

LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal . **Hegemonia e estratégia socialista: por uma política democrática radical**. Tradução de Joanildo A. Burity, Josias de Paula Jr. e Aécio Amaral. São Paulo, Brasília: Intermeios, 2015. (Coleção Contrassensos).

LIMA, Redy Wilson (2012). Rappers Cabo – Verderianos e Participação Juvenil. **Tomó**: Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Sergipe, n. 21, p.263-294, jul./dez. 2012. Disponível em: <<https://seer.ufs.br/index.php/tomo/article/viewFile/903/793>>. Acesso em: 30 jun. 2017.

LOPES, Alice Casimiro; MACEDO, Elizabeth. **Teorias de Currículo**. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MANNHEIM, Karl. O problema da juventude na sociedade moderna. **Sociologia da Juventude**, v.1, p. 69-95, Rio de Janeiro: Zahar, 1968.

_____. Música popular, estilo estético e identidade coletiva. **Revista Psicologia Política**, v. 2, n. 3, p. 39-54, São Paulo, 2002.

MAYORGA, Cláudia. Pesquisar a juventude e sua relação com a política: notas metodológicas. **Estudos de Psicologia**, v. 18, n. 2, p. 343-350, abr./jun. 2013. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/epsic/v18n2/v18n2a21.pdf> >. Acessado em: 25 jun. 2007.

MAIA, Allan Jeffrey Vital, et al . Juventude e política: observando a Ufba. In: SAMPAIO, SMR. (Org). **Observatório da vida estudantil: primeiros estudos [ebook]**. Salvador: EDUFBA, 2011. p. 169-186. Disponível em: <<http://books.scielo.org/id/n656x/pdf/sampaio-9788523212117.pdf> >.

MCLUHAN, Marshall. **Os meios de comunicação como extensões do homem**. Tradução Décio Pignatari. São Paulo: Cultrix, 1964.

MERCKLÉ, Pierre. **As ciências sociais francesas diante das reformas do ensino**. **Revista Brasileira de Sociologia**, v. 02, n. 03, p. 39-54, jan/jun. 2014.

MÉNDEZ, E. **Infância e adolescência na América Latina**. São Paulo: Hucitec, 1998.

MIGUEL, Luiz Felipe. Mídia e vínculo eleitoral: a literatura internacional e o caso brasileiro. **Revista Opinião Pública**, v. 10, n. 1, p. 91-111, maio 2004.

_____. Meios de comunicação em massa e política no Brasil. Diálogos latino-americanos. **Diálogo Latinoamericano**, Dinamarca, n.3, p. 44-70, 2001. Disponível em: <http://lacua.au.dk/fileadmin/www.lacua.au.dk/publications/3_di_logos_latinoamericanos/2midia_e_politica_no_br-miguel-unb.pdf>. Acesso em 30 Jun.2017.

MOUFFE, Chantal. **Sobre o político**. Tradução Fernando Santos. São Paulo: Martins Fontes, 2015.

_____. Democracia, cidadania e a questão do pluralismo. **Revista Política e Sociedade**, n. 03, p. 11-26, out. 2003.

_____. Por um modelo agonístico de democracia. **Revista Sociologia e Política**, n. 25, p. 11-2, nov. 2005.

OLIVEIRA, Amurabi Pereira; ENGERROFF, Ana Martina Baron. Cidadania e ensino de Sociologia nos manuais do professor dos livros didáticos aprovados pelo PNLD 2015. **Estudos de Sociologia**, v. 2, n. 22, p. 235- 271, 2016.

RÊSES, Erlando da Silva, et al. **A sociologia no ensino médio: cidadania e representações sociais de professores e estudantes**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2016.

SARTORI, Giovanni. **Homo videns**: La sociedad teledirigida. Buenos Aires: Taurus, 1998.

SORJ, Bernardo (Org.). **Poder político e meios de comunicação**: da representação política ao *reality show*. Tradução Miriam Xavier. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

SPOSITO, M. P. (Org.). **O campo de estudos de juventude no Brasil**: Estado da Arte (1999-2006). Belo Horizonte: Autêntica, 2009. Disponível em: <<http://www.uff.br/observatoriojovem>>. Acesso em: 30 jun. 2017.

_____. **Espaços públicos e tempos juvenis**. São Paulo: Global, 2007.

SPECK, Bruno Wilhelm. A filiação partidária no Brasil: uma análise exploratória a partir de dados do TSE e do WVS. ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CIÊNCIA POLÍTICA, 8., ago. 2012, Gramado. **Anais...** Gramado, 2012. Disponível em: <https://www.researchgate.net/profile/Bruno_Speck/publication/261365336_A_filiacao_partidaria_no_Brasil_Uma_analise_exploratoria_a_partir_de_dados_do_TSE_e_do_WV/links/02e7e534140e44de18000000.pdf>. Acesso em: 30 jun. 2017.

SCHUTZ, Alfred. **Fenomenologia e Relações Sociais**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

_____. O estrangeiro: Um ensaio de Psicologia Social. **Revista Espaço Acadêmico**, v. 10, n. 113, p. 117-129, out. 2010.

VALENTE, Isabel Maria Freitas; CUNHA, Alice. O voto jovem e as eleições para o Parlamento Europeu. *Debater a Europa*, n. 11, p.65-81, jul./dez. 2014. Disponível em: <https://digitalisdsp.uc.pt/bitstream/10316.2/33976/1/DebaterEuropa11_artigo6.pdf?ln=pt-pt>. Acesso em 04 jul. 2017.

WELTI, C. (2002). Adolescents in Latin America: Facing the future with skepticism. In: BRAFORD, B.B; LARSON, R. W.; SARASWATHI T. S. (Orgs.). **The world's youth: adolescence in eight regions of the globe**. Cambridge: Cambridge University Press, 2002. p.276-306.

ŽIŽEK, Slavoj. **Menos que nada: Hegel e a sombra do materialismo dialético**. São Paulo: Boitempo, 2013.

_____, et al. **Um mapa da Ideologia**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

